



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 043. PROVA OBJETIVA

FISCAL DE RENDAS

(CÓD. 050)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os quadrinhos para responder às questões de números 01 e 02.



(Caco Gualhardo, *Daiquiri*. Folha de São Paulo, 19.06.2019)

01. Os termos **Antes** (1º quadrinho), **Depois** (3º quadrinho) e **Hoje** (4º quadrinho) estão associados, respectivamente, às seguintes sensações:

- (A) esperança, realização e estabilidade.
- (B) harmonia, conquista e equilíbrio.
- (C) descompromisso, aspiração e desapontamento.
- (D) entusiasmo, incerteza e impotência.
- (E) despreocupação, desilusão e enfado.

02. As flexões do verbo “querer” – **queria**, **quis** e **quero** – indicam que os desejos expressos pela protagonista se deram, respectivamente,

- (A) de forma contínua; anterior ao instante de sua fala; no momento de sua fala.
- (B) em tempo anterior ao passado; no momento da fala das demais personagens; no presente.
- (C) em qualquer momento anterior ao passado; de modo contínuo; no momento de sua fala.
- (D) de modo contínuo no futuro do passado; de modo repetido no passado; de modo incerto.
- (E) de modo incerto; anterior à fala das demais personagens; no momento da fala das demais personagens.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 05.

Em primeiro lugar, a Educação trata de conhecimento, mas é preciso fazer a pergunta: o que significa conhecer? Porque conhecer pode ser uma armadilha, que guarda ilusões, equívocos, erros. Devemos ensinar aos jovens todas as dificuldades do conhecimento, todas as possibilidades de erro. Por exemplo, uma percepção visual não é uma fotografia, é uma reconstrução com os olhos. As pessoas que estão longe de mim parecem pequenas aos meus olhos, mas na minha mente estão normais, ou seja, todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução. E, em cada tradução, há possibilidade de erro. É muito importante ensinar a enfrentar o erro.

O segundo problema da Educação é a compreensão humana. Não se ensina a compreender o outro. Quando falo do outro, não falo de estrangeiros, de pessoas que falam outra língua ou que são de outro país. Falo de quem está ao seu lado. É muito importante para a vida compreender esse outro. Então, tem a questão da crise. A crise é um momento de muito mais incertezas que em tempos normais. Há angústias e dificuldades. Na Educação, em tempos ditos normais, ensinam-se certezas, e não incertezas. Por exemplo, quando a França era um país ocupado pelos alemães, havia uma situação de incerteza, e era preciso encontrar possibilidades de enfrentar isso. Resistir à incerteza é importante.

(Edgar Morin, *Qual é o papel da Educação hoje?*

Depoimento para Audrey Furlaneto, 07.06.2019 – *O Globo*. Adaptado)

03. É correto afirmar que no trecho – Na Educação, em tempos ditos normais, ensinam-se certezas, e não incertezas. –, o sociólogo Edgar Morin expressa

- (A) assentimento em relação à normalidade dos tempos.
- (B) descrédito quanto às opções da Educação, em tempos normais.
- (C) contrariedade em relação às incertezas na Educação.
- (D) intransigência quanto ao ensino das certezas.
- (E) desconfiança quanto aos tempos de normalidade na Educação.

04. Leia as frases a seguir:

- ... a Educação trata de conhecimento, **mas** é preciso fazer a pergunta: o que significa conhecer?
- **Porque** conhecer pode ser uma armadilha, que guarda ilusões, equívocos, erros.
- As pessoas que estão longe de mim parecem pequenas aos meus olhos, **mas** na minha mente estão normais...
- ..., **ou seja**, todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução.

Os termos em destaque estabelecem, respectivamente, as seguintes relações de sentido com os demais elementos:

- (A) ponderação, finalidade, contrariedade, retificação.
- (B) moderação, justificativa, divergência, adequação.
- (C) contraste, dúvida, negação, apreciação.
- (D) restrição, causa, oposição, explicação.
- (E) ênfase, motivo, comparação, ratificação.

05. Leia o trecho a seguir:

**O segundo problema** da Educação é a compreensão humana. Não se ensina a compreender o outro. **Quando falo do outro**, não falo de estrangeiros, de pessoas que falam outra língua ou que são de outro país. Falo de quem está ao seu lado. É muito importante para a vida compreender esse outro. **Então, tem a questão da crise.**

As expressões destacadas podem ser substituídas, sem prejuízo de sentido e de acordo com a norma-padrão, respectivamente, por:

- (A) A segunda implicação; Quando menciono o outro; Há, aliás, a questão da crise.
- (B) O segundo contratempo; Quando me dirijo ao outro; Assim sendo, há a questão da crise.
- (C) Outra dificuldade; Ao falar de alguém; Já que há, também, a questão da crise.
- (D) Uma incógnita; Ao falar de quem é próximo; Depois, há também a questão da crise.
- (E) O segundo obstáculo; Quando me refiro ao outro; Finalmente, há a questão da crise.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

Crianças pequenas devem ter acesso a *tablets*? É preciso controlar as horas de exposição de adolescentes a jogos de computador? Se você está confuso com essas questões, tem bons motivos. Cientistas que estudam como o cérebro lida com meios digitais também estão. Acaba de sair no Brasil “O Cérebro no Mundo Digital”, em que a neurocientista especializada em leitura Maryanne Wolf tenta ao menos mapear o terreno em que pisamos.

Para Wolf, existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo. Embora seja cedo para qualquer conclusão definitiva, as evidências até aqui colhidas sugerem que a proliferação dos meios digitais pode ter impactos sobre a formação do cérebro leitor.

A preocupação maior, diz Wolf, é com a leitura profunda (uma leitura razoavelmente detida, na qual compreendemos não apenas as palavras como extraímos o sentido geral delas e experimentamos as emoções que elas evocam). Crianças e mesmo adultos que leem em um dispositivo digital apresentam menores taxas de compreensão e retenção do texto do que quando o leem em versão impressa.

A sugestão de Wolf é que tentemos desenvolver uma espécie de bilinguismo literário. Precisamos ser capazes de exercer tanto a leitura rápida cobrada pelos meios digitais — um ser humano médio recebe hoje nos vários dispositivos que acessa 34 gigabytes de informação num único dia, o equivalente a um romance de 100 mil palavras — como, quando for o caso, a leitura profunda, exigida para pensar direito e fruir de tudo aquilo que um bom texto oferece.

(Helio Schwartsman, *Computadores contra a leitura* (adaptado).  
Folha de São Paulo, 23.06.2019)

06. De acordo com as informações apresentadas pelo texto, é possível afirmar que, para Maryanne Wolf,

- (A) não são bons os textos oferecidos em meios digitais.
- (B) o compartilhamento de textos pela internet diminui o valor dos textos impressos.
- (C) o crescente número dos equipamentos digitais pode interferir na formação do leitor.
- (D) crianças que leem em um meio digital não compreendem textos impressos.
- (E) a leitura profunda se dá em um nível posterior à compreensão das palavras.

07. Assinale a alternativa na qual a concordância verbal e a concordância nominal contemplam a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Há bastantes motivos para preocupação, porém não é possível, ainda, chegar a quaisquer conclusões.
- (B) Tanto a leitura rápida quanto a leitura profunda deve integrar um certo bilinguismo literário.
- (C) Existe evidências de que os meios digitais podem impactar a formação do leitor.
- (D) Já foi lido perto de 100 mil palavras, quando se acessou, em um único dia, cerca de 34 gigabytes.
- (E) A reação dos cérebros em frente ao meio digital ainda deixam confusos os cientistas, que têm estudado tais respostas.

08. Assinale a alternativa que contém palavra na frase em sentido figurado.

- (A) ... adultos que leem em um dispositivo digital apresentam menores taxas de compreensão...
- (B) Para Wolf, existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo.
- (C) ... 34 gigabytes de informação num único dia, o equivalente a um romance de 100 mil palavras...
- (D) ... as evidências até aqui colhidas sugerem que a proliferação dos meios digitais pode ter impactos sobre a formação do cérebro leitor.
- (E) ... uma leitura razoavelmente detida, na qual compreendemos não apenas as palavras como extraímos o sentido geral delas...

09. Assinale a alternativa que apresenta reescrita de um trecho do texto com pronomes e colocação pronominal corretos de acordo com a norma-padrão.

- (A) Caso houvesse mais investimento nas editoras, a leitura em meio impresso recuperaria-se mais naturalmente.
- (B) Para mapear a situação, tem-se buscado considerar os níveis de leitura nos meios eletrônicos e nos meios impressos.
- (C) Quando submeteram-no a 34 gigabytes de informação, o leitor não pôde realizar a leitura profunda dos textos.
- (D) Nos trazem enormes confusões as questões sobre a limitação de uso dos equipamentos eletrônicos.
- (E) A tendência é que mais ninguém acostume-se a consumir textos exclusivamente por meio impresso.

10. Assinale a alternativa que, mantendo o sentido original do texto, reescreve a passagem com a regência correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Não é possível chegar em qualquer conclusão definitiva, já que ainda não existem evidências suficientes em determinar os impactos para a formação do leitor.
- (B) A especialista demonstra ser favorável a leitura profunda, pois, para ela, a compreensão do texto se dá também pela extração do sentido geral das palavras.
- (C) Crianças preferem dispositivos digitais a versão impressa dos textos, enquanto adultos buscam interceder junto de seus filhos, na formação do leitor.
- (D) Um ser humano mais acostumado em ler nos dispositivos eletrônicos do que nos meios impressos pode ter mais dificuldade por compreender e reter textos completos.
- (E) As questões que se atêm ao universo dos meios digitais se acumulam e especialistas em neurociência procuram por respostas que possam atender aos pais aflitos.

11. Um recipiente de capacidade 650 litros está completamente cheio com apenas tinta e solvente. Sabe-se que a razão entre os volumes de tinta e de solvente é de 8 para 5, respectivamente. Uma diferença, em litros, entre esses dois volumes é igual a

- (A) 120.
- (B) 150.
- (C) 180.
- (D) 240.
- (E) 300.

12. Um departamento de uma empresa tem oito funcionários. A lista a seguir indica o número de salários mínimos que cada um desses empregados recebe mensalmente:

1,5; 1,5; 1,5; 2,0; 2,5; 4,0; 4,0; 7,0

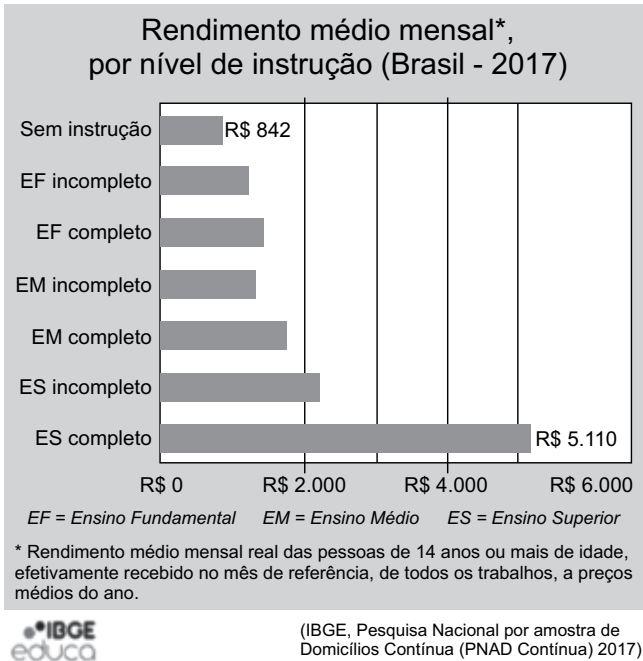
Um novo empregado será contratado para esse departamento. Para que a média salarial do grupo aumente em 10%, o número de salários mínimos desse novo empregado deverá ser igual a

- (A) 7,7.
- (B) 6,4.
- (C) 6,0.
- (D) 5,7.
- (E) 5,0.

13. No câmbio de hoje, 1 libra esterlina equivale a 1,20 euro e 1 real equivale a 0,24 euro. Para comprar 250 libras, eu preciso ter pelo menos

- (A) R\$ 1.250,00.
- (B) R\$ 1.236,00.
- (C) R\$ 974,00.
- (D) R\$ 925,00.
- (E) R\$ 827,00.

14. Considerando o gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 2017, conclui-se que o rendimento médio mensal das pessoas aumenta na medida em que o grau de instrução aumenta.

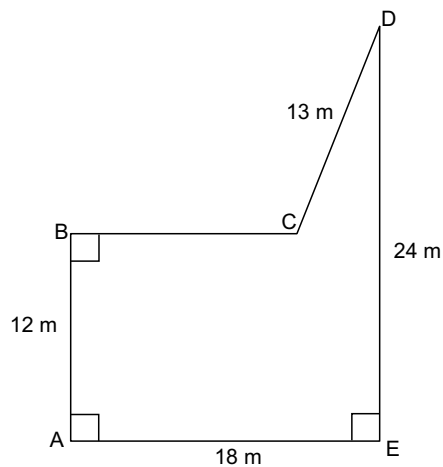


É correto afirmar que o rendimento médio das pessoas com ensino superior completo, comparando com as pessoas sem instrução, é, aproximadamente, maior em:

- (A) 607%
- (B) 506%
- (C) 400%
- (D) 375%
- (E) 251%
15. Ricardo é cadastrado em uma empresa que aluga patinetes elétricos. Essa empresa cobra pelo uso da primeira hora a uma taxa inicial fixa de R\$ 36,00. Após esse tempo, são adicionados R\$ 30,00 para cada hora adicional, e as frações de hora são cobradas proporcionalmente. Se Ricardo pagou o total de R\$ 75,00 pelo aluguel de um patinete, então o tempo que Ricardo alugou o patinete foi de
- (A) 2h06min.
- (B) 2h12min.
- (C) 2h18min.
- (D) 2h24min.
- (E) 2h30min.

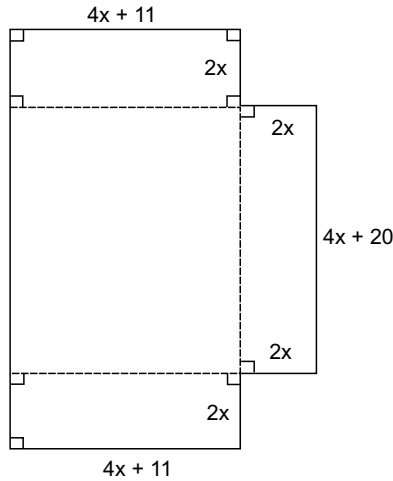
16. O gerente de uma loja de roupas fez uma promoção para vender as peças da coleção anterior, oferecendo um desconto de 30% sobre o preço de venda. Como não conseguiu vender todo o estoque, foi oferecido outro desconto: 20% sobre o novo preço da venda. O total dos descontos sobre o preço de venda inicial foi de:
- (A) 56%  
(B) 50%  
(C) 46%  
(D) 44%  
(E) 40%

17. O polígono ABCDE da figura representa um terreno.



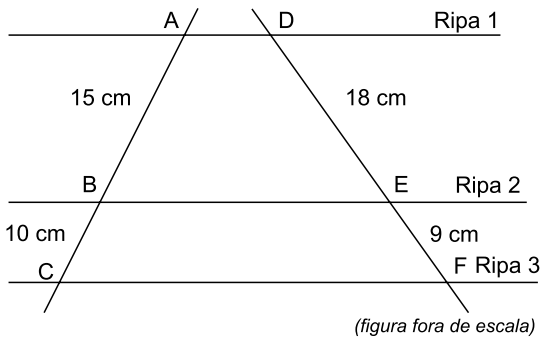
- A medida da área do terreno em metros quadrados é igual a
- (A) 294.  
(B) 287.  
(C) 275.  
(D) 250.  
(E) 246.
18. Em uma empresa, apenas  $\frac{1}{5}$  dos funcionários tem ensino superior completo. Além disso, da parcela que não concluiu o ensino superior,  $\frac{2}{3}$  não têm o ensino médio completo, o que corresponde a 40 funcionários. O número de funcionários que concluíram o ensino superior é igual a
- (A) 10.  
(B) 12.  
(C) 15.  
(D) 20.  
(E) 25.

19. A figura indica uma chapa de aço que será utilizada em uma peça. As medidas estão em centímetros e  $x > 0$ .



Sabe-se que a área da chapa é de  $622 \text{ cm}^2$ . Uma equação do 2º grau que permite determinar o valor de  $x$  é:

- (A)  $20x^2 + 104x - 201 = 0$   
 (B)  $20x^2 + 104x - 311 = 0$   
 (C)  $10x^2 + 104x - 114 = 0$   
 (D)  $10x^2 + 104x + 94 = 0$   
 (E)  $30x^2 + 104x - 311 = 0$
20. A figura a seguir representa a treliça que José construiu para apoiar as plantas de seu jardim, utilizando ripas de mesma espessura. Nessa construção, o objetivo dele era que as ripas 1, 2 e 3 fossem paralelas. Depois que ele fixou as ripas, concluiu que elas não estavam exatamente paralelas.



Analise as quatro afirmações a seguir.

- I. Se a medida EF fosse 13 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 II. Se a medida DE fosse 13,5 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 III. Se a medida AB fosse 19 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.  
 IV. Se a medida BC fosse 7,5 cm e as demais medidas fossem mantidas, então as ripas 1, 2 e 3 seriam paralelas.

As duas únicas afirmações corretas são

- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) I e IV.  
 (D) II e III.  
 (E) II e IV.



## ATUALIDADES

21. Segundo publicação do site *Época Negócios*, em 16 de junho deste ano, a Petrobras fez “sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. De seis campos, espera extrair 20 milhões de m<sup>3</sup> por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira”. A descoberta deve gerar cerca de R\$ 7 bilhões de receita por ano.

(*Época Negócios*. <https://bitlybr.com/3CmN2>. Acesso em 29.06.2019. Adaptado)

As reservas descobertas estão em região pertencente aos estados

- (A) do Maranhão e do Piauí.
  - (B) de Sergipe e de Alagoas.
  - (C) do Rio Grande do Norte e do Ceará.
  - (D) de Pernambuco e da Paraíba.
  - (E) do Piauí e do Ceará.
22. No dia 23 de maio (2019), a imprensa brasileira repercutiu amplamente o apoio dos Estados Unidos à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A participação brasileira depende da aprovação dos Estados-membros, que incluem as nações mais desenvolvidas do mundo, além de países do leste europeu, do Chile, do México e da Turquia.

(*IstoÉ*. <https://bitlybr.com/HQN8q>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

A contrapartida é que o Brasil

- (A) pague os débitos das anuidades não recolhidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), nos últimos cinco anos.
- (B) apoie as ações da OCDE na África e na América Central que visam a melhorar a qualidade da educação nos países dos dois continentes.
- (C) deixe de apoiar os governos contrários à democracia representativa e às regras de economia de mercado.
- (D) abra mão do tratamento especial que o país possui na Organização Mundial do Comércio (OMC) por ser uma nação em desenvolvimento.
- (E) apoie os programas em defesa do meio ambiente, patrocinados pela instituição, implementando métodos de agricultura e pecuária sustentáveis.

23. Segundo matéria publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em 27 de maio de 2019, “o governo brasileiro quer aumentar em 2,1 milhões de quilômetros quadrados o tamanho do território nacional no Oceano Atlântico”. O pedido do governo brasileiro foi apresentado em dezembro de 2018 à Comissão de Limites da Plataforma Continental, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

(*Estadão*. <https://bit.ly/2HBNLqm>. Acesso em 29.06.2019. Adaptado)

Essa ampliação dos limites é importante

- (A) porque a Marinha identificou áreas de interesse econômico para a exploração mineral de cobalto, níquel, manganês e platina, entre outros.
  - (B) para garantir que o arquipélago de São Pedro e São Paulo continue sob a jurisdição brasileira.
  - (C) para estender a soberania brasileira até a ilha de Trindade e Martin Vaz.
  - (D) porque a exploração de petróleo do pré-sal tem bacias que estão além do limite das duzentas milhas continentais.
  - (E) para incluir a plataforma continental brasileira como área de preservação ambiental, chamada de Amazônia Azul.
24. O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou, em 6 de junho deste ano, a lei aprovada pelo Congresso que trata da internação de usuários de drogas e endurece a pena de traficantes.

(G1. <https://bitlybr.com/GVOzy>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

Segundo o texto,

- (A) o aval médico para a internação involuntária é desnecessário desde que os pais se responsabilizem pelo ato.
  - (B) alguns servidores da área policial serão credenciados para definir os pacientes de internação involuntária.
  - (C) os internos involuntários ficarão nas unidades de terapia durante, no máximo, 45 dias.
  - (D) as comunidades terapêuticas deverão ser laicas e administradas por pedagogos.
  - (E) a internação involuntária só poderá ser feita em unidades de saúde e hospitais gerais.
25. No mês de maio deste ano, a editora Nova Fronteira lançou a biografia de um dos mais importantes empresários da comunicação do Brasil. O autor, Leonêncio Nossa, faz uma releitura das ações deste jornalista ao longo da vida, informando que ele testemunhou 18 golpes ou tentativas fracassadas de tomada do poder. Aderiu a sete, foi contrário a nove, e, em dois deles, se manteve neutro.

(*Isto é*. <https://bitlybr.com/4F6m8>. Acesso em 01.07.2019. Adaptado)

No livro *O Poder Está no Ar*, o biografado é

- (A) Assis Chateaubriand.
- (B) Victor Civita.
- (C) Roberto Marinho.
- (D) João Jorge Saad.
- (E) Vitor Costa.

26. Um assistente social da prefeitura plugou dois pen drives nas respectivas portas USBs do seu computador, que possui o MS-Windows 7 instalado na sua configuração original. O pen drive 1 contém apenas um arquivo chamado Cerquilha, o pen drive 2 foi recentemente formatado e está vazio. O assistente social pretende arrastar, utilizando o botão principal do mouse, o arquivo Cerquilha do pen drive 1 e soltar no pen drive 2.

Essa ação resultará

- (A) na exclusão do arquivo Cerquilha do pen drive 1, e gravação no pen drive 2 com o nome Cerquilha 2.
- (B) em uma mensagem de erro, pois o pen drive 2 está vazio.
- (C) na colagem de uma cópia do arquivo Cerquilha no pen drive 2.
- (D) na movimentação do arquivo Cerquilha do pen drive 1 para o pen drive 2.
- (E) na mesclagem de arquivos dos pen drives 1 e 2, surgindo um novo arquivo chamado Cerquilha-Cópia no pen drive 2.

27. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém o campo predefinido que traz o tempo total de digitação no documento.

- (A) Date.
- (B) CreateDate.
- (C) PrintDate.
- (D) Time.
- (E) EditTime.


28. Considere o trecho da planilha do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, apresentado na figura a seguir.

	A	B	C	D	E	F
1	<b>Veículo</b>	<b>Valor</b>	<b>Desconto</b>		<b>Tabela Desconto</b>	
2	T-Cross	R\$ 125.000			R\$ 125.000	10%
3	Tiguan	R\$ 160.000			R\$ 150.000	20%
4	Eclipse Cross	R\$ 150.000			R\$ 175.000	30%
5	Subaru XV	R\$ 135.000			R\$ 225.000	40%
6	RAV4	R\$ 180.000			R\$ 250.000	50%
7	Volvo XC40	R\$ 230.000				

Sabendo-se que a fórmula do desconto é dada por =B7\*PROCV(B7;E:F;2), assinale a alternativa que contém o valor do desconto do veículo Volvo XC40.

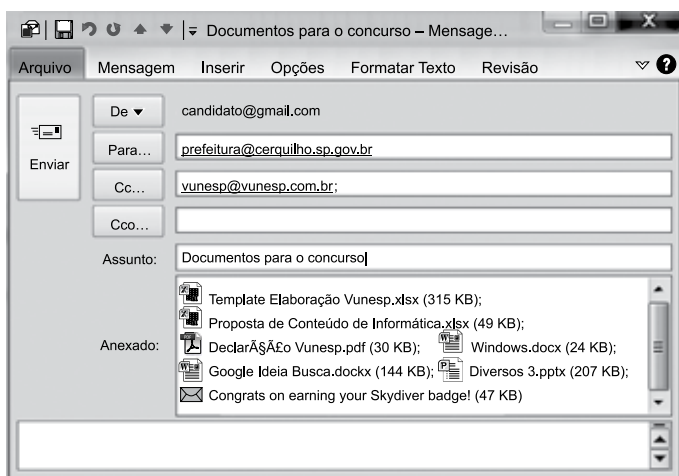
- (A) R\$ 23.000
- (B) R\$ 46.000
- (C) R\$ 69.000
- (D) R\$ 92.000
- (E) R\$ 115.000

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

29. O botão de ação  do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original, tem como hiperlink padrão:

- (A) Próximo slide.
- (B) Último slide exibido.
- (C) Primeiro slide.
- (D) Slide anterior.
- (E) Último slide.

30. Considere a mensagem de correio eletrônico que está sendo digitada no MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão, conforme exibido a seguir.



Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens do outlook como anexo da mensagem.

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

31. A Constituição Federal, ao dispor sobre a organização do Estado nacional, prevê expressamente que a competência para legislar sobre Direito Tributário é

- (A) exclusiva da União.
- (B) privativa da União e supletiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) concorrente da União, dos Estados e dos Municípios.
- (E) comum da União, dos Estados e dos Municípios.

32. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado aos Municípios

- (A) cobrar imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o aumentou.
- (B) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, inclusive por meio da cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- (C) atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- (D) instituir imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis.
- (E) instituir alíquotas progressivas de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana em razão do valor do imóvel.

33. A cobrança de pedágio pela utilização de uma rodovia federal conservada pelo Poder Público

- (A) é inconstitucional por limitar o tráfego de pessoas e bens.
- (B) tem natureza jurídica de contribuição de melhoria.
- (C) tem natureza jurídica de preço público e, portanto, é hipótese de incidência de ICMS devido a todos os municípios atravessados pela rodovia.
- (D) constitui receita do ente público detentor da via, no caso, a União.
- (E) só é possível em rodovias exploradas por concessionárias, mediante delegação do Poder Público.

- 34.** A lei complementar federal que dispõe sobre tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte
- (A) obriga o contribuinte que se enquadrar na definição de microempresa e empresa de pequeno porte a obedecer às regras por ela postas.
  - (B) não pode estabelecer situações de enquadramento diferenciado em razão do Estado, em observância ao princípio da isonomia.
  - (C) estabelece normas gerais em matéria de legislação tributária, produzindo efeitos para União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - (D) limita-se a instituir regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, respeitando a autonomia dos entes federados.
  - (E) autoriza o compartilhamento de informações entre os entes federados que optarem por aderir ao regime diferenciado.
- 35.** De acordo com a definição de tributo constante no Código Tributário Nacional, possui natureza jurídica tributária
- (A) a multa por infração à legislação tributária.
  - (B) a contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime geral de previdência social.
  - (C) a contribuição para plano de saúde.
  - (D) a multa de trânsito.
  - (E) os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- 36.** A exação para custeio do serviço de iluminação pública tem natureza jurídica de
- (A) tributo.
  - (B) remuneração.
  - (C) contribuição de melhoria.
  - (D) taxa pelo exercício regular do poder de polícia.
  - (E) taxa pela utilização potencial de serviço público específico e divisível.
- 37.** Verificado que uma obra municipal de reforma de uma praça pública com aformoseamento em conjunto com recapeamento asfáltico em vias de um bairro residencial periférico acarretou valorização dos imóveis particulares localizados nas proximidades das intervenções, o Município poderá, em tese, instituir
- (A) contribuição de melhoria.
  - (B) empréstimo compulsório.
  - (C) taxa pela prestação de serviço público específico e divisível.
  - (D) taxa pelo exercício regular de poder de polícia.
  - (E) imposto predial e territorial urbano.
- 38.** De acordo com o Código Tributário Nacional, a emissão de nota fiscal de venda de livro eletrônico, pelo estabelecimento comercial, constitui
- (A) obrigação acessória.
  - (B) obrigação principal tributária.
  - (C) hipótese de incidência de ICMS.
  - (D) dever facultativo.
  - (E) lançamento por declaração.
- 39.** A capacidade tributária
- (A) ativa é indelegável.
  - (B) ativa não alcança as prerrogativas de fiscalização e administração de tributos.
  - (C) passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
  - (D) passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
  - (E) passiva é facultativa.
- 40.** Considere o seguinte caso hipotético: em 2018, a empresa Super Master Serviços Ltda foi incorporada pela empresa Blaster Terceirização Ltda, passando a denominar-se Super Master Blaster Ltda. Dois anos após a incorporação, a fiscalização tributária constatou que a empresa incorporada possuía débitos tributários declarados e não pagos. Considerando que os débitos datam de 2016, 2017 e 2018, a
- (A) fiscalização não poderá cobrá-los porque o sujeito passivo extinguiu-se.
  - (B) fiscalização não poderá cobrá-los porque operou-se decadência.
  - (C) responsabilidade pelos débitos tributários será do tabelião que efetuou o registro da incorporação sem verificar a regularidade tributária das empresas.
  - (D) responsabilidade pelos débitos tributários será da empresa Super Master Blaster Ltda.
  - (E) responsabilidade pelos débitos tributários será pessoal dos ex-sócios da empresa Super Master Serviços Ltda.
- 41.** Após a ocorrência do fato gerador tributário, sobreveio lei que instituiu novos critérios de apuração do crédito tributário. Nessa hipótese, de acordo com o Código Tributário Nacional, o lançamento será regido pela lei
- (A) em vigor na data da ocorrência do fato gerador da obrigação.
  - (B) em vigor na data do lançamento.
  - (C) mais benéfica ao sujeito passivo da obrigação tributária.
  - (D) mais benéfica à Fazenda Pública.
  - (E) que a autoridade administrativa determinar.

42. O incentivo fiscal dado por lei municipal para que empresas se instalem no território do Município e contribuam para o desenvolvimento econômico e social da localidade caracteriza hipótese de
- (A) moratória.
  - (B) remissão.
  - (C) imunidade.
  - (D) isenção.
  - (E) extinção do crédito tributário.
43. A empresa Eficiência S/A impetrou Mandado de Segurança contra ato do Fiscal de Rendas do Município objetivando anular auto de infração lavrado contra ela, com pedido liminar. Supondo que a liminar tenha sido concedida, é correto afirmar que
- (A) o crédito tributário encontra-se com exigibilidade suspensa enquanto vigorar a decisão liminar.
  - (B) o caso hipotético ilustra hipótese de exclusão do crédito tributário.
  - (C) a empresa está dispensada do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal a que se refere o Mandado de Segurança.
  - (D) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário dependerá do depósito, em juízo, do seu montante integral.
  - (E) o crédito tributário deverá ser imediatamente inscrito em dívida ativa e a empresa não terá direito à certidão positiva, com efeito de negativa, de débitos tributários.
44. A concessão de remissão total ou parcial do crédito tributário fundada em análise de custo-benefício que demonstra que seu diminuto valor não justifica o prosseguimento de atividades de cobrança, tampouco o ajuizamento de execução fiscal,
- (A) não é possível, em razão do princípio da indisponibilidade dos bens públicos.
  - (B) é possível, desde que autorizada por lei e concedida pela autoridade administrativa competente em despacho fundamentado.
  - (C) constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e deverá ser precedida de lei autorizativa.
  - (D) deverá considerar a situação econômica do sujeito passivo em cada caso concreto e a existência de erro inescusável do contribuinte.
  - (E) é vedada, em razão do princípio da isonomia.
45. De acordo com o Código Tributário Nacional, para fins de lançamento, os erros apuráveis pelo exame da própria declaração
- (A) não podem ser objeto de retificação até a data da notificação do lançamento ao sujeito passivo.
  - (B) constituem uma das hipóteses legais de alteração do lançamento após a notificação ao sujeito passivo.
  - (C) somente podem ser corrigidos por decisão judicial se constatados antes da notificação do lançamento ao sujeito passivo.
  - (D) obrigam a abertura de procedimento de fiscalização, sob pena de responsabilização funcional e a lavratura de auto de infração e imposição de penalidade.
  - (E) serão retificados de ofício pela autoridade administrativa competente para revisão da declaração.
46. O lançamento por homologação tácita considera-se ocorrido com o decurso do prazo de cinco anos, contado da data da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado. Esse prazo quinquenal
- (A) é decadencial.
  - (B) é prescricional.
  - (C) é de remissão.
  - (D) está sujeito a interrupção, voltando a correr, pelo prazo restante, mediante provocação do sujeito passivo.
  - (E) está sujeito a suspensão conforme hipóteses previstas no Código Tributário Nacional, voltando a correr por mais um período quinquenal.
47. O procedimento de fiscalização previsto em lei
- (A) somente se inicia mediante provocação do sujeito passivo.
  - (B) relacionado com a infração tributária, afasta a possibilidade de denúncia espontânea.
  - (C) não se sujeita a controle externo de legalidade.
  - (D) não alcança as pessoas que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
  - (E) sempre ocorrerá de forma conjunta mediante troca de informações entre as Fazendas Públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente de autorização legal ou instrumento de convênio.

- 48.** O débito inscrito em dívida ativa
- (A) goza de presunção de liquidez, de certeza e de exequibilidade.
  - (B) não poderá ter exigibilidade suspensa.
  - (C) não impede a obtenção de certidão negativa de débitos.
  - (D) deve ser exclusivamente de natureza tributária.
  - (E) abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- 49.** Sobre o termo de inscrição na dívida ativa que se refira a auto de infração, é correto afirmar que
- (A) deverá conter o valor da dívida atualizado até a data da inscrição, inclusive multa e honorários advocatícios.
  - (B) deverá conter o número do auto, não sendo necessária a indicação do fundamento legal da infração.
  - (C) deverá conter o valor originário apurado da dívida, o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
  - (D) deverá indicar o juiz a quem é dirigido e o requerimento para notificação do responsável.
  - (E) poderá ser emendado ou substituído após a notificação do responsável.
- 50.** A exação cobrada em razão da concessão, pelo Poder Público, de autorização para construir em determinada área privada tem natureza jurídica de
- (A) taxa.
  - (B) imposto.
  - (C) contribuição.
  - (D) remuneração.
  - (E) multa.
- 51.** A autoridade que tem competência legal para lavrar auto de penhora de bem imóvel do devedor em processo de execução fiscal é o
- (A) Fiscal de Rendas.
  - (B) Procurador Jurídico.
  - (C) Tabelião ou Notário.
  - (D) Oficial de Justiça.
  - (E) Delegado Regional Tributário.
- 52.** Constitui hipótese de incidência do ISSQN o serviço de
- (A) comunicação audiovisual de acesso condicionado.
  - (B) composição gráfica para manuais técnicos e de instrução incorporados à mercadoria destinada a posterior circulação.
  - (C) elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo *tablets*, *smartphones* e congêneres.
  - (D) transporte coletivo intermunicipal rodoviário e aquaviário de passageiros.
  - (E) inserção de materiais de propaganda e publicidade em periódicos, jornais e nas modalidades de serviço de radiodifusão sonora de recepção livre e gratuita.
- 53.** A opção pelo Simples Nacional que implica o recolhimento mensal, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante documento único de arrecadação em substituição aos valores devidos segundo a legislação específica de cada tributo, abrange
- (A) ISS devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte.
  - (B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
  - (C) Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados.
  - (D) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
  - (E) Imposto sobre Produtos Industrializados.
- 54.** A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional fica dispensada do pagamento
- (A) das contribuições para entidades privadas de serviço social e formação profissional vinculadas ao sistema sindical, e demais entidades de serviço social autônomo.
  - (B) de tributos devidos pela pessoa jurídica na condição de substituto ou responsável tributário.
  - (C) de ISS devido na importação de serviços.
  - (D) da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
  - (E) de IPTU.

55. O valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação para fins de crédito em favor do Município
- (A) não considera, em seu cômputo, as operações imunes ao ICMS.
- (B) corresponderá ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços no território municipal, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.
- (C) é utilizado para cálculo da fração de um quarto da parcela de receita de ICMS que o Estado deve repassar a cada Município de seu território.
- (D) não se sujeita a controle e fiscalização pelos agentes municipais quanto ao seu cálculo.
- (E) não interfere no cálculo do índice de participação do Município, que corresponderá à média dos índices apurados nos três anos civis imediatamente anteriores ao da apuração.
56. De acordo com o Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 510, de 19 de dezembro de 1969), constitui dívida ativa do Município de Cerquillo aquela regularmente inscrita na repartição administrativa competente e proveniente de
- (A) imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal.
- (B) contribuição de intervenção no domínio econômico.
- (C) multas de qualquer natureza.
- (D) emolumentos pela prestação de serviços notariais e de registro.
- (E) empréstimo compulsório.
57. A respeito do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, no Município de Cerquillo, é correto afirmar que
- (A) é devido, a critério da Administração, por quem exerça a posse direta do imóvel ou por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária entre eles.
- (B) é devido anualmente, considerando-se ocorrido o fato gerador a 31 de dezembro do ano anterior ao do lançamento tributário.
- (C) é calculado sobre o valor venal do imóvel, composto do valor do terreno acrescido do valor da edificação, inclusive dos bens imóveis mantidos em caráter temporário para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- (D) as hipóteses de isenção alcançam as taxas relativas ao mesmo imóvel.
- (E) não incide sobre imóveis não construídos de propriedade de sociedades civis com finalidades esportivas, recreativas, culturais ou assistenciais, ainda que não destinados à sua atividade fim.
58. Conforme a Lei Municipal nº 1.329, de 30 de dezembro de 1988, alterada pela Lei Municipal nº 274, de 2 de outubro de 2018, o imposto de transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, bem como cessão de direitos a sua aquisição incide sobre a
- (A) transmissão de bens de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (B) transmissão de bem ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica em qualquer hipótese.
- (C) transmissão de imóveis para partidos políticos, cooperativas, instituições de educação, religiosas e de assistência social, em qualquer hipótese.
- (D) renúncia pura e simples à sucessão aberta.
- (E) transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
59. São contribuintes do ITBI no Município de Cerquillo
- (A) os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos nas transmissões *causa mortis*.
- (B) os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.
- (C) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, em qualquer caso.
- (D) os donatários de bens ou direitos.
- (E) os leiloeiros, nas adjudicações de bens móveis ou imóveis em hasta ocorrida no território municipal.
60. De acordo com o Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 510, de 19 de dezembro de 1969), é correto afirmar que
- (A) verificada infração de regulamento fiscal que possa resultar em evasão de receita, será o fato notificado ao Procurador Jurídico do Município, a quem caberá notificar judicialmente o infrator, para regularização da situação.
- (B) as omissões ou incorreções do auto de infração lavrado pela autoridade competente não acarretarão sua nulidade quando assinado pelo infrator ou por quem o represente.
- (C) o contribuinte que não concordar com o lançamento poderá impugnar o ato administrativo no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do aviso, por meio de petição firmada por advogado e acompanhada de documentos.
- (D) o contribuinte autuado poderá apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação, por petição em que alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará até 3 (três) testemunhas.
- (E) em processo administrativo fiscal, a autoridade julgadora competente fica adstrita às alegações do autuado e do autuante, devendo a decisão ser baseada em sua convicção e nas provas produzidas, de forma motivada, facultada a remissão aos fundamentos apresentados pelo autuante.

